

Classe média paga a conta do ajuste

■ Redução do limite de isenção do IR para 500 Ufir aumenta a carga fiscal em 496% e transforma isentos em contribuintes

Arquivo

LUCILA SOARES

A redução do limite de isenção do Imposto de Renda na fonte para 500 Unidades Fiscais de Referência, em estudo no Ministério da Fazenda, significaria um aumento brutal da carga fiscal sobre os assalariados da classe média. O tributarista Ilan Gorin calcula que um salário de CR\$ 90 mil — que hoje está bem próximo do limite de isenção de 1.000 Ufir (CR\$ 75.900 este mês) — teria seu desconto de IR-Fonte aumentado em cerca de 500%: de CR\$ 765 para CR\$ 4.560.

Para quem hoje está isento, a conta é impossível: matematicamente, o resultado é o infinito. Mas quem ganha CR\$ 75.000 e hoje não sofre desconto, entraria na alíquota de 10% e pagaria CR\$ 2.955.

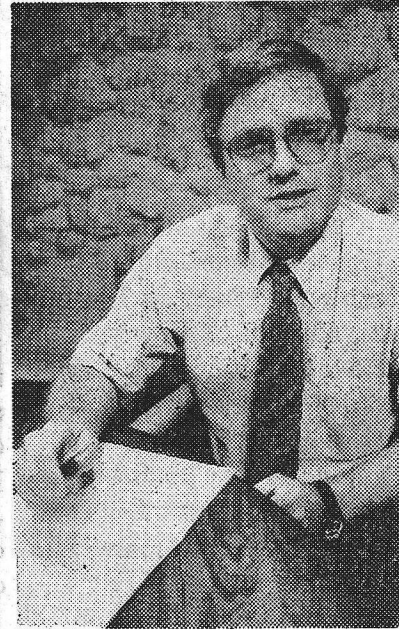
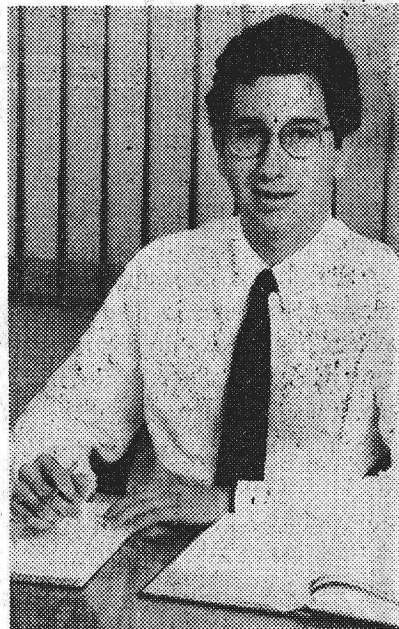
O pior é que, ao contrário do que o ministro Fernando Henrique Cardoso tem se preocupado em dizer, a mudança não seria justa. Apesar de acentuar a progressividade do imposto, o maior aumento da carga tributária se daria sobre quem ganha menos, e não sobre quem ganha mais. A partir de CR\$ 300 mil, a carga tributária adicional varia entre 15% e 19% (no caso de

quem ganha CR\$ 1 milhão). Enquanto isso, um salário de CR\$ 100 mil pagaria 179% a mais.

Progressão — Esses cálculos foram feitos supondo que o estudo da Fazenda siga a mesma progressão da tabela atual: a faixa entre 500 e 1.000 Ufir, hoje isenta, teria alíquota de 10%, de 1.000 a 1.950 Ufir continuaria pagando 15% mas com direito a uma parcela a deduzir menor (já que o limite de isenção cairia pela metade), bem como a faixa de 1.950 a 2.999 Ufir, que se manteria na alíquota de 25%.

No exercício desenvolvido por Gorin, a alíquota de 30% incidiria sobre os salários superiores a 3.000 Ufir. Mas se a faixa prevista no estudo do governo for superior a esta, a distorção na distribuição do ônus da mudança fica ainda mais evidente: se os 30% só valerem para quem ganha acima de 4.000 Ufir, por exemplo, o aumento do imposto sobre um salário de CR\$ 300 mil cai de 15% para 8%. E abaixo desse valor nada se altera.

Desprotegidas — “As pessoas que passariam a pagar IR-Fonte estão entre as mais desprotegidas, porque ganham menos e portanto têm menos fôlego para



Ilán Gorin e Rubens Branco: quem ganha menos pagará mais imposto

reduzir a perda de poder aquisitivo de seus salários”, diz Gorin.

Por isso, para Rubens Branco, da Arthur Andersen, uma medida desse tipo seria “uma marretada extremamente injusta”. E acrescenta: “A classe média de salários mais baixos vai pagar a conta.”

Descontos — Para reduzir o impacto, seria necessário voltar a descontos que já existiram e depois foram suprimidas, como os gastos

com aluguel. Branco lembra que a simplificação da tabela do Imposto de Renda, com elevação do limite de isenção e redução do número de alíquotas para dois (primeiro 10% e depois os atuais 15% e alíquota máxima de 25%) foi um avanço.

“Agora corremos o risco de voltar à Idade da Pedra da tributação”, diz ele, lamentando que “ainda sejamos obrigados a discutir esse tipo de coisa”.